

Gutman Uchôa de Mendonça

Escreve aos sábados e às terças-feiras neste espaço
Site: www.uchoademendonca.jor.br

/// É preciso que vultos, como Américo Buaiz, fiquem registrados na memória do nosso povo como benfeitor, responsável, ativo e inteligente

Para ficar na memória

Fui levado em agosto de 1959, pelas mãos de Américo Buaiz, para ser seu auxiliar na Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes). Pouco tempo depois, até sua saída, fui secretário executivo daquela entidade, onde acompanhei de perto os sonhos e a determinação de um dos mais ilustres empresários com quem convivi e de quem permaneci amigo até seus últimos instantes.

Nas discussões que mantinha com Américo, a respeito do desenvolvimento do Estado, perguntei-lhe como poderia o Brasil e o nosso Estado ter desenvolvimento, com a energia mais cara no mundo sendo explorada pelos anglo-canadenses.

No Estado, Carlos Lindenberg e Jones dos Santos Neves enfrentaram grandes batalhas para construir as usinas de Suíça e Rio Bonito, o que diminuiu um pouco nossa deficiência energética, mas o preço praticado pela Central Brasileira de Força Elétrica, sob o comando dos anglo-cana-



denses, era um negócio indecente. Estranho, a Escelsa, criada pelo governo do Estado para vender energia aos detentores do monopólio da eletricidade, agora nas mãos dos chineses, continua inviabilizando o desenvolvimento do Estado.

Foi sob a égide do governo do sr. Christiano Dias Lopes Filho que o governo da República, fruto do Movimento Militar de 64, extinguiu as concessões dos grupos estrangeiros no Brasil e a Eletrobrás passou a administrar, sob o comando da Escelsa, o sistema energético capixaba.

Todo esse esforço para liberar o Espírito Santo do subdesenvolvimento energético teve, além dos governadores citados, a figura do “Capitão de indústria” Américo Buaiz, um homem de larga visão nos mais variados sentidos.

Não se fabricam mais líderes empresariais como Américo Buaiz, de sua estrutura, de sua visão, da facilidade de interferir em assuntos relevantes para o Estado. E que se aliam aos governantes em busca dos elevados interesses do Estado, sem jamais ser subservientes.

Ninguém vive para sempre, mas é preciso que vultos, como Américo Buaiz, fiquem registrados na memória do nosso povo como benfeitor, responsável, ativo e inteligente.

Roberto Garcia Simões

É professor da Ufes e especialista em políticas públicas
E-mail: roberto.simoes@ufes.br

/// A avaliação da Missão Especial que atuou no Estado está por ser feita. O “Reage ES” ensaiou, sem sucesso, voltar em fevereiro de 2009

Do Reage à Missão

Neste ano em que o “Reage ES” completa 15 anos, resgato a solicitação de intervenção federal, encaminhada à OAB nacional pelo presidente da OAB-ES, Agesandro da Costa Pereira, em 13 de maio de 2002. O estopim foi o assassinato do advogado Marcelo Denadai em 15 de abril. Ele integrou à Comissão Estadual que, em 1992 (10 anos antes), denunciou a Scuderie Le Cocq, e, pouco antes de morrer, um “esquema de fraudes em licitações”.

Logo depois, em 21 de maio de 2002, o presidente nacional da OAB, Rubens Approbato Machado, formalizou uma representação ao ministro da Justiça e presidente do Conselho de Defesa de Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), Miguel Reale Jr. Dizia-se que “O Estado invisível, dominado pelo crime organizado, substituiu no Espírito Santo o Estado oficial”.

Em menos de um mês, o ministro Reale Jr. constituiu uma comissão do CDDPH para tratar da intervenção federal. Um dos três conselheiros indicados é o atual ministro do STF, Luís Roberto Barroso.

O extenso relatório da comissão (61 páginas) é essencial para a análise do

final e início dos séculos XX e XXI no Estado. Registra instituições e pessoas que participaram efetivamente da luta contra o “crime organizado”. A CDDPH reuniu-se na reitoria da Ufes, em 5 de junho de 2002, presidida pelo então secretário de Direitos Humanos, Paulo Sérgio Pinheiro, atual observador da ONU.

Não só o parecer da comissão do CDDPH foi favorável à intervenção nos Poderes Executivo e Legislativo, como também a sessão do referido conselho aprovou-a, em 5 de julho de 2002, à unanimidade – com as presenças do ministro da Justiça, Miguel Reale Jr., e do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro.

Reafirmando a relevância de 2002 na história do Estado, três dias após a decisão do procurador-geral da República de arquivar a decisão da intervenção, foi desencadeada uma crise no governo FHC. O ministro Reale Jr. pediu demissão. Em entrevista declarou: “Não entendo o Geraldo Brindeiro sair de lá, ser o porta-voz do Planalto e dizer que não ia ter mais intervenção”. Diante do “arquite-se”, proliferaram reações significativas.

Encaminhou-se, ainda em julho de 2002, outra atuação federal. O ministro da Justiça, Paulo de Tarso, constituiu uma “Missão Especial” que atuou no Estado, e cuja avaliação está por ser feita. O “Reage ES” ensaiou voltar em fevereiro de 2009, mas vigorava a unanimidade.

Sérgio Lucena Mendes

É coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Biológicas da Ufes

/// A transferência do Museu Prof. Mello Leitão para o Ministério da Ciência e Tecnologia foi um avanço

Vitória da Ciência, da Mata Atlântica e do ES

Augusto Ruschi fundou o Museu de Biologia Prof. Mello Leitão, em Santa Teresa, em 1949, homenageando seu professor no museu nacional. A iniciativa não teria passado de excentricidade do jovem naturalista, se ele não tivesse conquistado notoriedade internacional, principalmente pelos seus estudos com orquídeas e beija-flores e sua luta pela conservação da Mata Atlântica. Ruschi estruturou o museu e formou uma importante coleção cien-

tífica, conseguindo, em 1983, incorporá-lo ao governo federal, por intermédio da Fundação Nacional Pró-Memória.

Falecido em 1986, Ruschi deixou o Mello Leitão em condições de dar continuidade ao seu trabalho. A partir de 1987 o museu passou a ser visitado por milhares de pessoas e a atrair diversos pesquisadores e estudantes, crescendo a demanda por uma instituição científica melhor estruturada. Entretanto, esse crescimento ficou

limitado por causa do vínculo institucional ao Ministério da Cultura, que não tem por prioridade a pesquisa biológica.

A partir de meados de 1990 foram iniciadas ações visando à transferência do Mello Leitão para o Ministério da Ciência e Tecnologia. Esse trabalho, inicialmente liderado pelo Conselho Científico do museu, passou a contar com o apoio de importantes instituições do ES, como a Ufes, mobilizou cientistas de outros Estados e lideranças políticas do Espírito Santo e sensibilizou o próprio ministério.

Finalmente, em 2010, o governo federal submeteu ao Congresso Nacional o projeto de lei que previa a transferência do Museu para o Ministério da Ciência, transformando-o no Instituto Nacional da Mata Atlântica. Com apoio do governo do Estado

e da bancada capixaba, o projeto superou obstáculos na Câmara e no Senado, sendo aprovado em dezembro de 2013.

No último dia 5 foi sancionada a Lei 12954/14, consolidando a vitória de uma luta de quase 20 anos. A Lei atende a uma demanda da comunidade científica por um instituto dedicado à Mata Atlântica e representa uma grande oportunidade para o Espírito Santo na área de pesquisa em biodiversidade.

Certamente o nome “Museu de Biologia Prof. Mello Leitão” não pode ser esquecido, pois está incorporado à história local e nacional. Como o Instituto precisará de uma nova área para expandir suas atividades, a área física onde funciona o museu pode continuar com o nome dado por seu fundador.